

CULTURA E SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO FUNK CARIOCA

Renan Ribeiro Moutinho¹

Nalbert Pimentel²

Resumo: O presente artigo pretende analisar, em caráter preliminar, a relação intervencionista do Estado com o funk carioca no período compreendido entre a primeira década dos anos 2000, desde a primeira tentativa de criminalização deste gênero musical, perpassando pelo tombamento desta como patrimônio cultural, até as estratégias atuais de perseguição desta manifestação cultural. Ao tratar ainda mais especificamente da marginalização de determinados subgêneros do gênero, como o denominado Proibidão e seus respectivos agentes culturais, evidenciamos as formas de reivindicações para que o funk fosse estabelecido como patrimônio cultural ao passo que questionaremos um possível racismo institucional presente na via parlamentar. Desta forma, o presente trabalho soma-se aos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Pesquisadores do Funk Carioca no que se refere a discussão multidisciplinar desse gênero musical.

Palavras-chave: Estado, funk carioca, racismo institucional.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, em virtude do caráter introdutório em que esta pesquisa se encontra no transcurso do trabalho de conclusão a nível de Especialização no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, nos dedicaremos a sugerir uma discussão acerca das estratégias de intervenção do Estado em uma manifestação cultural ligada majoritariamente à grupos hegemonicamente subalternizados, caso do funk carioca.

As tentativas de criminalização do funk carioca podem nos revelar, no contexto dos Estudos acerca de Cultura e Sociedade, um campo de disputas, tensões e conflitos latentes. Desta forma propomos, em nossa primeira seção, uma discussão do gênero

¹ Músico. Doutorando em Música no PPGM-UNIRIO. Professor da Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Étnico-Raciais e Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: renan.moutinho@cefet-rj.br

² Especializando em Relações Étnico-raciais e Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). E-mail: nalbertalessandro@gmail.com.

funk carioca como o primeiro gênero de música eletrônica experimental a partir de pressupostos do teórico francês Pierre Schaeffer.

Em seguida, apresentaremos um breve histórico acerca dos textos legislativos e dos argumentos que os sustentaram assim como das reações de representantes deste gênero musical, como MC's, DJ's e Associações. Por fim, teceremos comentários acerca dos motivos que inferimos acerca deste movimento de perseguição institucional.

FUNK CARIOCA: MÚSICA ELETRÔNICA EXPERIMENTAL

O conceito de funk carioca utilizado neste trabalho diz respeito especificamente ao gênero musical composto e desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, o qual se diferencia em técnicas, vocabulário próprio e pertencimento geográfico do funk produzido em outras localidades como São Paulo, Santa Catarina e Belém do Pará.

A história do desenvolvimento do funk carioca pode nos remeter a experiencição característica daqueles que compõem a cadeia artístico-produtiva deste gênero musical. A fim de discutir alguns pontos que aproximam a música concreta de Pierre Schaeffer com esta experimentação característica que destacamos, sublinhamos elementos de seu surgimento a fim de discutir elementos que o caracterizem:

O funk é um gênero essencialmente experimental, como o foram o hip-hop e a house na origem. Seus criadores não partiram de uma educação musical formal para fazer a música, mas inventaram-na por meio da prática dos recursos de um instrumentário novo. Essa prática e suas descobertas resultaram no primeiro gênero brasileiro de música eletrônica dançante. Isso não significa que ele não tenha história no Brasil e no mundo. No universo da chamada alta cultura, onde, diferentemente do funk, experimentalismo é sinônimo de impopularidade, suas técnicas foram descobertas e teorizadas pela música concreta de 1948. Mas não é a ela que ele se liga, e sim às tradições da diáspora africana (PALOMBINI, 2016).

Na citação acima, PALOMBINI (2016) ratifica a proposição do pertencimento do funk à uma estética composicional que viria a indicar uma aptidão para o experimentalismo. Porém, indica um traço característico desta poética musical: a influência de elementos sonoros e artístico-musicais provindos das tradições de uma diáspora concernente à africanos escravizados trazidos para o Brasil.

Apesar de não podermos afirmar que compositores do funk carioca possuam uma formação formal que contemple as ideias de Pierre Schaeffer ou outras vanguardas

musicais, algumas de suas práticas tangenciam pontos do pensamento deste último autor. Esta suposição parte de análise preliminar acerca do experimentalismo nos procedimentos composicionais destes compositores especialmente no que se refere à manipulação sonora de *samplers*, *pontos* e bases pré-gravados obtidos a partir de *sintetizadores* e material obtido de áudios já existentes bem como com gravações de fontes sonoras pré-existent na natureza e no ambiente, como atabaques, berimbaus e a própria voz humana. O deslocamento de determinados objetos sonoros de seu lugar “natural” compõe uma premissa básica das composições de funk carioca.

Destarte, é preciso observar que partimos neste trabalho da concepção de três fases concorrentes mas que possuem elementos que as caracterizam individualmente. A primeira fase, final da década de 1980 até meados da década de 1990, diz respeito ao surgimento do funk carioca como gênero de música eletrônica brasileiro a partir de diferentes bases³ sonoras instrumentais obtidas, em sua grande maioria a partir da manipulação de baterias eletrônicas como a Roland TR-808. A mais conhecida destas bases, em virtude de sua popularização na utilização de diversos artistas em suas composições e também na sua própria manipulação, recortes, colagens e superposições de novos instrumentos percussivos como o atabaque, é denominada por *Volt-Mix*.

A segunda fase, iniciada no final da década de 1990 e percorrendo boa parte da década de 2000, retrata o surgimento de novas sobreposições e variações na base *Volt-Mix*, em especial pela inclusão de gravações de berimbau, representante característico da percussão afro-brasileira. É em uma Roland R-8 MK-II que o DJ Luciano Oliveira, de Campo Grande cria uma nova base, denominada por *Tamborzão* e que se desloca definitivamente da estrutura rítmica do *Volt-Mix* para criar uma nova projeção sonora (PALOMBINI, 2016).

Em meados do ano de 2008, o *tamborzão* bem como o *volt-mix* são emulados a partir da própria voz dos executantes junto à improvisações rítmico-musicais que, por vezes, mudam radicalmente a estrutura característica das duas bases apresentadas anteriormente. Neste contexto, surgem uma variedade de bases denominadas por *Beatboxes*, caracterizadas por imitarem uma percussão a partir da voz mundialmente “conhecida a partir do Hip Hop da década de 80 e que tem suas raízes na imitação de

³ Segundo PALOMBINI (2016), “no funk carioca dos anos 1990 uma base é uma versão instrumental, no lado B de um single comercial, usada por um MC em contraponto rítmico a sua expressão vocal — rima-na-hora ou rap”.

instrumentos musicais realizada pelos povos africanos através da vocalização” (QUEIROZ, 2007, p.299).

Destarte, é a partir da junção de componentes eletrônicos e de gravações de instrumentos existentes que comprova que o funk carioca pode ser considerado um representante da música eletroacústica experimental no que pese a concepção desta última como aquela produzida a partir de meios eletroacústicos. Este argumento, portanto, vai de encontro às tentativas históricas de desconsiderar o gênero funk como música e mesmo como cultura.

FUNK E ESTADO: um breve histórico de criminalização

No que se refere às tratativas de criminalização do funk carioca por intermédio de políticas legislativas em terras cariocas, destacamos um breve histórico em busca de uma trajetória dessa perseguição por parte de determinados setores organizados do poder legislativo e do executivo. Apresentaremos leis e projetos de lei que, a partir de interesses pessoais de seus autores, podem desvelar o racismo institucional que acreditamos sustentar os argumentos propostos.

Em maio de 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) promulgou a Lei 3.410⁴ com autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída pela Resolução nº 182/99 tendo o Deputado Sérgio Cabral como presidente. Os artigos 1º⁵ e 3º⁶ discutem como a intervenção do Estado se resume a caso de polícia. No Artigo 1º, a Comissão desconsiderou as diversas formas de patrocínio e também delimitou as hierarquias dos possíveis entes patrocinadores assim como dos locais que no universo funk não se restringe às entidades esportivas sociais e recreativas, podendo haver eventos Funk em praças, ruas e estacionamentos sem patrocínio das entidades supracitadas.

Já no Artigo 3º, a militarização e a criminalização dos espaços é explicitada tendo em vista a exigência da presença de policiais militares desde o início ao fim do

⁴ A referida lei pode ser consultada no seguinte link: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/203029/lei-3410-00>

⁵ Art. 1º - São diretamente responsáveis pela promoção e/ou patrocínio de eventos Funk os presidentes, diretores e gerentes das entidades esportivas, sociais e recreativas e de quaisquer locais em que eles são realizados.

⁶ Art. 3º - Só será permitida a realização de bailes Funk em todo o território do Estado do Rio de Janeiro com a presença de policiais militares, do início ao encerramento do evento.

baile, como se o baile funk se resumisse a caso de polícia. O Deputado Sérgio Cabral, presidente da CPI constituída àquela época, se tornou governador do Rio de Janeiro e tornou-se réu em abril de dois mil e dezessete por chefiar uma organização criminosa que burlava licitações, ao passo que constituía cartel na reforma do Estádio Maracanã e no Programa de Aceleração do Crescimento das Favelas (PAC das Favelas). Este dado pode elucidar os interesses escusos do autor no que se refere à utilização da máquina pública para seus próprios interesses pessoais.

Já em dezembro de 2003, a ALERJ promulga e a governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, sanciona a lei nº 4264/03⁷ que regulamenta os bailes funk como atividade cultural de caráter popular, como consta no artigo 1º⁸.

A supracitada lei partiu do projeto de lei nº 553-B/1999 de autoria de Alessandro Calazans. Este autor, por sua vez, foi condenado pela juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Roseli Nalin, por improbidade administrativa baseando-se em uma ação civil do Ministério Público a qual sinalizava a participação de Calazans em esquemas para beneficiar o bicheiro Carlinhos Cachoeira, como apresentado na reportagem do Jornal O Dia no dia dezesseis de julho de dois mil e treze.

O projeto de lei 1032-A/2007, por outro lado, de autoria do então deputado Álvaro Lins culmina na Lei 5265/08⁹, posteriormente sancionada pelo governador em exercício Luiz Fernando de Souza (Pezão) em junho de 2008. Esta dispõe sobre a regulamentação dos bailes do “tipo funk”, conceito que também estende-se às raves. Esta lei apresenta características rigorosas, como no Artigo 3º¹⁰, a qual determina que os interessados em realizar os eventos do “tipo funk” precisam de autorização da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) com, no mínimo, 30 dias de antecedência. Além disto, preconiza a necessidade de apresentação de documentos diversos para a realização dos bailes tanto para pessoa jurídica quanto para pessoa

⁷ A referida lei pode ser consultada no seguinte link:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/d61010f875507ee383256e14004fe90f?OpenDocument>

⁸ Art. 1º - Fica regulamentada no Estado do Rio de Janeiro a atividade cultural de caráter popular denominada “BAILE FUNK”.

⁹ A referida lei pode ser consultada no seguinte link: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87716/lei-5265-08>

¹⁰ O referido artigo e a referida lei pode ser consultada no seguinte link: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87716/lei-5265-08>

física, o que dificulta a realização e produção dos bailes mediante exigências à Polícia Federal que não são exigidas a outros tipos de eventos ou reuniões de caráter artístico.

Em setembro de 2009, o governador Sérgio Cabral sanciona a lei 5544/09¹¹ – originada a partir do projeto de lei número 1983/2009 de autoria dos deputados Marcelo Freixo e Paulo Melo – a qual revoga a lei 5265/08, supracitada no parágrafo anterior. Marcelo Freixo apresenta-se como um parlamentar de agenda progressiva na ALERJ, o que não o isenta de polêmicas e contradições publicadas pela imprensa carioca, principalmente quando se aproxima do período eleitoral como mostra a reportagem do G1 do dia vinte de setembro de dois mil e dezesseis. Paulo Melo, por sua vez, é conhecido pelo seu envolvimento com o pagamento indevido de empresas privadas em sua campanha eleitoral como consta em reportagens de agências on-line como o G1¹².

No mesmo dia da promulgação da lei 5544/09, o governador também sancionou a lei 5543/09¹³ que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular oriunda do projeto de lei nº 1671/2009 de autoria de Wagner Montes e Marcelo Freixo. Em virtude da importância histórica de tal texto legislativo no que se refere a trajetória desta manifestação artístico-cultural na referida casa legislativa, transcrevemos parte deste texto legal:

Art. 1º Fica definido que o funk é um movimento cultural e musical de caráter popular.

Parágrafo Único. Não se enquadram na regra prevista neste artigo conteúdos que façam apologia ao crime.

Apesar destas tratativas jurídicas que se asseguram os direitos do funk, e de seus subgêneros, como uma legítima manifestação cultural, novas formas de perseguição foram elaboradas pelo Estado em um processo de reconfiguração em suas próprias formas de repressão.

Para citar uma destas novas estratégias, remontamos à dezembro de 2010, No contexto de processo de ocupação do Complexo do Alemão em que diversos Mestres de Cerimônia (MC's) foram presos por “apologia ao tráfico de drogas”. Tempos depois, nada fora provado e foram libertos. Coincidentemente, esses artistas são conhecidos por

¹¹ A referida lei pode ser consultada no seguinte link: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/819286/lei-5544-09>

¹² <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/delacoes-da-odebrecht-paulo-melo-usava-o-mesmo-doleiro-da-empiteira-diz-delator.ghml>

¹³ A referida lei pode ser consultada no seguinte link: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/819271/lei-5543-09>

seu repertório musical pertencente ao subgênero funk Proibidão, embora nada tenha sido constatado em suas composições musicais que sustentasse suas prisões. MC's Tikão, Frank, Smith e Max compuseram uma música na prisão referente ao ocorrido¹⁴, em que expuseram toda a sua indignação com este episódio.

Recentemente, em maio de 2017, e embora não se trate especificamente do funk carioca, acreditamos importante destacar a ideia legislativa de criminalizar o funk a nível nacional que tornou-se um projeto de lei a partir da reunião de 20 mil assinaturas no site do Senado¹⁵. Esta iniciativa pode nos revelar que a manifestação cultural funk incomoda diferentes grupos a nível nacional que, minimamente organizados, dispõe-se a refletir sobre estratégias para a sua criminalização.

RACISMO INSTITUCIONAL: a via parlamentar

O racismo institucional é um tipo específico de racismo encadrado em diferentes instâncias da máquina pública, o qual perpassa e reflete-se também nas estruturas sociais. Para Ivair Augusto Alves dos Santos:

É no funcionamento da sociedade que o racismo se revela como uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros, sem que haja necessidade de teorizar ou de tentar justificá-las pela ciência (SANTOS, 2013, p.28).

No que tange ao objeto deste artigo, acreditamos que a via parlamentar não se isenta do racismo institucional. Pelo contrário, a retrata em sua perspectiva mais perversa no que se refere a instrumentalizar agentes que representam a resistência de determinados setores da sociedade em excluir, a partir da segregação, manifestações culturais que sejam produzidas e criadas por setores subalternizados. É, pois, o racismo institucional ferramenta a dignidade daqueles que produzem cultura a partir de suas próprias vivências e poéticas:

O racismo institucional é revelado através de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam a presença dos negros nesses espaços. O acesso é dificultado, não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos. A ação é sempre violenta, na medida em que atinge a dignidade humana (SANTOS, 2013, p.27).

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=sQXJSfg3lgA>

¹⁵ <https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/26/lei-para-criminalizar-o-funk-recebe-20-mil-assinaturas-no-site-do-senado.htm>

Neste sentido, vale destacar um outro caso de resistência que se propõe a lutar pelos direitos do funk como manifestação cultural legítima e representativa de um expressivo recorte social do Rio de Janeiro. A Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK) criada em dezembro de 2008 por um conjunto de DJ's, MC's e produtores, vem defendendo o funk e seus agentes contra todo esse processo de criminalização e de invisibilização, objetivando *“defender os direitos dos funkeiros e lutar contra o preconceito e a criminalização da cultura funk”* (MOUTINHO, 2015, p.87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos tecer comentários iniciais sobre a relação intervencionista do Estado com o funk carioca no período compreendido entre a primeira década dos anos 2000, marcada pela criminalização dessa manifestação cultural, perpassando pelo tombamento do funk carioca como patrimônio cultural, e sublinhando estratégias atuais de perseguição deste gênero musical.

Ao lidar com o Proibidão e seus respectivos agentes culturais, concluímos que o relatado e o vivido foram criminalizados pelas autoridades, as quais sustentam-se no racismo institucional para reivindicar e garantir seus privilégios. É, pois, a partir da existência e das re-existências diárias que o funk consolida-se como som de preto, de favelado e que quando toca, ninguém fica parado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil

MOUTINHO, Renan Ribeiro. “Foi da festa da escola que tudo começou”: funk carioca, diversidade e (in)visibilidade(s) na Licenciatura em Música.

PALOMBINI, Carlos. **Pierre Schaeffer, 1953: por uma música experimental**. Curitiba: Dpto. de Artes da UFPR: Revista Eletrônica de Musicologia, vol. 3, outubro de 1998.

_____. **Entrevista concedida ao Portal JC On-line**. em agosto de 2016. Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/musica/noticia/2016/08/02/entrevista-musicologo-carlos-palombini-analisa-o-funk-contemporaneo-247010.php>. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Direitos Humanos e as Práticas do Racismo. 2ª. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013. v. 1.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3410, de 29 de maio de 2000. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/203029/lei-3410-00>>

RIO DE JANEIRO. LEI Nº 4264, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/d61010f875507ee383256e14004fe90f?OpenDocument>

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5265, de 18 de junho de 2008. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87716/lei-5265-08>>

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5544, de 22 de setembro de 2009. Disponível em: <<https://govrj.jusbrasil.com.br/legislacao/819286/lei-5544-09>>

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5543, de 22 de setembro de 2009. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/819271/lei-5543-09>>

EXTRA. Reportagem do dia 08/10/10. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/eleicoes-2010-wagner-montes-diz-que-ja-foi-receptivo-as-milicias-362683.html>>

UOL. Redação 26//05/2017. Disponível em: <https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/26/lei-para-criminalizar-o-funk-recebe-20-mil-assinaturas-no-site-do-senado.htm>

G1. Reportagem do dia 15/04/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/delacoes-da-odebrecht-paulo-melo-usava-o-mesmo-doleiro-da-empresiteira-diz-delator.ghtml>>

G1. Reportagem do dia 20/09/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/noticia/2016/09/marcelo-freixo-e-entrevistado-no-rjtv.html>

O DIA. Notícia 16/07/2013. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-16/prefeito-de-nilopolis-e-condenado-a-perda-de-direitos-politicos.html>

UOL. Redação 26//05/2017. Disponível em: <https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/26/lei-para-criminalizar-o-funk-recebe-20-mil-assinaturas-no-site-do-senado.htm>



encontro de estudos multidisciplinares em cultura

12 a 15 de setembro de 2017 | Salvador - Bahia
www.cult.ufba.br/enecult